



SÃO MIGUEL E RINCÃO DOS MARTIMIANOS

ANCESTRALIDADE
NEGRA E DIREITOS
TERRITORIAIS



ORGANIZADORES :

JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS

SERGIO BAPTISTA DA SILVA


COMUNIDADES
TRADICIONAIS


UFRGS
EDITORA

SÃO MIGUEL E RINCÃO DOS MARTIMIANOS



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Reitora

Wrana Maria Panizzi

Vice-Reitor

José Carlos Ferraz Hennemann

Pró-Reitor de Extensão

**Fernando Setembrino
Cruz Meirelles**

Vice-Pró-Reitora de Extensão

Renita Klüsener

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Jusamara Vieira Souza

**CONSELHO EDITORIAL
Antônio Carlos Guimarães**

Aron Taitelbaun

Carlos Alberto Steil

Célia Ferraz de Souza

Clovis M. D. Wannmacher

Geraldo Valente Canali

José Augusto Avancini

José Luiz Rodrigues

Lovois de Andrade Miguel

Maria Cristina Leandro Ferreira

Jusamara Vieira Souza, presidente

Editora da UFRGS • Av. Paulo Gama, 110, 2º andar - Porto Alegre, RS - 90040-060 - Fone/fax (51) 3316-4090 - editora@ufrgs.br - www.editora.ufrgs.br • *Direção:* Jusamara Vieira Souza • *Editoração:* Paulo Antonio da Silveira (coordenador), Carla M. Luzzatto, Maria da Glória Almeida dos Santos e Rosângela de Mello; suporte editorial: Andréa Lisboa Ilha (bolsista), Carlos Batanoli Hallberg (bolsista), Fernando Piccinini Schmitt, Gabriela Carvalho Pinto (bolsista) e Luciane Santos de Souza (bolsista) • *Administração:* Najára Machado (coordenadora), José Pereira Brito Filho, Laerte Balbinot Dias e Maria Beatriz Araújo Brito Galarraga; suporte administrativo: Ana Lucia Wagner, Jean Paulo da Silva Carvalho, João Batista de Souza Dias e Marcelo Wagner Scheleck • *Apoio:* Idalina Louzada e Laércio Fontoura.

SÃO MIGUEL E RINCÃO DOS MARTIMIANOS:

ANCESTRALIDADE NEGRA E DIREITOS TERRITORIAIS

Organizadores:

José Carlos Gomes dos Anjos

Sergio Baptista da Silva



© dos autores
1ª Edição: 2004

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Ivan Vieira

Revisão: Luís Augusto Junges Lopes
Gabriela Carvalho Pinto

Editoração eletrônica: Núbia Huff

S239 São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais / organizado por José Carlos Gomes dos Anjos e Sergio Baptista da Silva; losvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior... [et al.]. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2004.

(Série Comunidades Tradicionais).

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Perícia socioantropológica. 3. Estudos etnográficos – São Miguel – Rincão dos Martimianos – Rio Grande do Sul. 4. Comunidades negras rurais – Quilombos – Rio Grande do Sul. I. Anjos, José Carlos Gomes dos. II. Silva, Sergio Baptista da. III. Bittencourt Júnior, losvaldyr Carvalho. IV. Título. V. Série.

CDU 572

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(Ana Lucia Wagner – CRB10/1396)

ISBN: 85-7025-740-6

ORGANIZAÇÕES LOCAIS E CONFORMAÇÃO DE PLEITOS

José Carlos Gomes dos Anjos
Dilmar Luiz Lopes

Quando a comunidade de São Miguel se organiza para reivindicar a condição de comunidade remanescente de quilombos, ela expõe suas mais profundas aspirações tecidas ao longo de um século de um projeto de emancipação.

Essas aspirações foram sendo maturadas em toda uma série de insurreições, movimentos, pleitos organizados ao longo desse tempo de resistência. Algumas conjunturas foram mais tensas e ficaram monumentalizadas na memória coletiva: a fuga de Geraldo da fazenda dos Martins, a luta de Manoel Albino para abrir uma escola na comunidade, a candidatura do Vô Panda para vereador, anos depois a candidatura de Adélio para vereador como insinuação de uma nova estratégia de defesa dos interesses da comunidade, as lutas por água canalizada, pela eletrificação, por maior segurança na rodovia que rasga o território da comunidade ao meio, a organização da Associação de Moradores Vô Geraldo e o encaminhamento do pleito pelas terras da comunidade. Esse é o tempo quente de uma política memorada na comunidade.

Outros tempos foram mais frios, de lutas subterrâneas, mas não menos importantes: da configuração de uma autonomia religiosa sob patrocínio de Ismael Cavalheiro e Atanásio Resende de Souza, da reinvenção

da religiosidade afro-brasileira na comunidade sob a liderança da Mãe Toti, da preservação e reorganização dos conhecimentos medicinais tradicionais com a colaboração do médico comunitário Dr. Vaca.

Com a organização da Associação de Moradores Vô Geraldo, os pleitos passam a ganhar um centro institucional de referência, uma arena de discussão pública e conformação de consensos – e dissensos – da comunidade, uma instância de organização e priorização das demandas mais urgentes e uma frente de interlocução com as esferas públicas e estatais.

Da análise dos debates ocorridos nas reuniões da Associação, ressalta-se a centralização dos projetos e pleitos comunitários em torno da questão da terra e das atividades agropecuárias. Dada a centralidade da horticultura nas estratégias de emancipação da comunidade, é no fortalecimento desse eixo de produção, visando à auto-sustentação, que mais ênfase se tem colocado.

Estritamente vinculada ao projeto de intensificação e ampliação das hortas familiares está a questão da regularização fundiária. Até aqui, o conflito fundiário em São Miguel esteve em estado latente. Toda uma rede de relações clientelísticas e estratégicas voltadas para contornar as situações de conflito aberto tem abafado as regulares tensões em torno dos avanços das cercas dos lindeiros. Mas o confinamento das possibilidades de uso da terra a menos de cinqüenta hectares (para noventa e cinco famílias), da qual a comunidade detém posse, gera uma situação latente de confronto que pode se deflagrar em situações de violência física a qualquer momento.

A resolução desses conflitos passa pela desapropriação daqueles que compraram terras no interior do território da comunidade, pelo reconhecimento do mesmo território como remanescente de quilombos, pela demarcação e titulação de toda a área de 118 hectares, conforme prescreve o artigo 68 das disposições transitórias da Constituição.

Para que o processo de titulação se dê no espaço de possibilidades de fusão de horizontes hermenêuticos entre a concepção local de direito e a interpretação e aplicação das formas juridicamente institucionalizadas de direito, se impõe uma aproximação do direito condominial à forma como as terras são geridas nos troncos familiares de São Miguel.

Não se impõe aqui que façamos uma contraposição entre o “código local” e as implicações do dispositivo constitucional, mas, sim, discutir o que se infere, quanto ao direito à terra, da etnografia da organização territorial da comunidade, das declarações dadas por membros da comunidade nos momentos de entrevista e em assembléias. O reconhecimento e o respeito pela prescrição consuetudinária dos direitos sucessórios impõem que seja concedido um título a cada tronco familiar na forma de condomínio. O modo de configuração do território de São Miguel foi se alterando ao longo do tempo, conforme as circunstâncias, até ganhar a atual forma de divisão do trabalho adequada a uma certa divisão do es-

paço na qual esses trabalhos se realizam. Tal configuração ora se expressa como de apropriação de uma só família (caso da família da Dona Olívia), ora em outra, de todo um grupo social (como o conjunto dos descendentes de João Belmiro que não venderam seus direitos). Esse modo de organização do espaço sugere o instituto do condomínio tal e qual configurado em nossa legislação como o mais próximo das situações observadas.

A confinção do território em um espaço extremamente reduzido (algo em torno de 45 hectares para noventa e cinco famílias e quase quinhentos residentes fixos, além de uma importante diáspora) impõe que um projeto de reforma agrária seja implementado na região, e que esse projeto seja sensível às necessidades culturais da comunidade, tais como acesso a florestas e cursos de água.

São Miguel dos Pretos se formou como a única possibilidade de ex-escravos sobreviverem em liberdade, preservando cultura e dignidade, apesar das permanências e mutações no sistema de aprisionamento do trabalho humano, com suas especificidades regionais.

Indo além do conceito clássico de quilombo, qual seja, a de comunidades formadas por escravos fugidos, a Associação de São Miguel vem reivindicando a condição de Comunidade Remanescente de Quilombos exatamente na contestação secular ao processo de aprisionamento do trabalho.

Os ex-escravos dos Carvalho Bernardes nunca irão formar a sua emancipação pela condição de ilegalidade que configura o conceito clássico de remanescente. Se esse conceito, formulado no seio do regime escravocrata brasileiro, serve ainda as suas elites, não se aplica para explicitar a razão social da Comunidade de São Miguel. A comunidade de São Miguel instaura seu pleito por um território legitimado ultra-secularmente,⁴⁴ também através de documentos comprovativos de compra, religiosamente preservados ao longo de mais de um século, mas, sobretudo, por uma série de ações de resistência às forças expropriadoras e através da preservação e reinvenção de uma cultura estruturada na busca de alternativas à escravização (que ganhou novas modalidades pós-abolição). Para a consolidação da resistência aos processos de escravização pós-abolição, o território já previamente ocupado por escravos em dissidência foi legitimado através de uma série de atos de compra atestados em cartório, como se pode comprovar pelo conjunto dos documentos em anexo.

Com o fim do jugo escravocrata, o negro da região central procurou laços de solidariedade e parcerias e fundou alianças, como a que uniu Geraldo de Carvalho e Ismael Cavalheiro para aquisição de terras para a reprodução autônoma do grupo. Através dessa apropriação de terras,

⁴⁴ Linhares (2000, p. 194) caracteriza a posse ultra-secular daqueles grupos negros que adquiriram seus territórios.

segundo Cardoso (1977, p. 240), “o escravo, tendo-se transformado em ferramenta inteligente, negava em seu comportamento as representações que dele eram feitas: o escravo-ferreiro, o escravo-campeiro”. O ex-escravo, pelo trabalho em suas próprias terras, negava a condição de escravo, as representações negativas que faziam dele uma “coisa”. Através da mediação de uma nova forma de organização social da produção, poderia emergir do escravo a consciência de cidadão.

Os escravos, ao tornarem-se homens livres, precisavam romper com a condição passada, negando o jugo que lhe havia sido colocado. Por isso, a grande ênfase do grupo em garantir seus espaços territoriais com uma documentação que lhe garantisse segurança em possíveis afrontamentos futuros. A abolição suprimia apenas uma forma ineficaz de ser da produção capitalista, em um processo cujos efeitos e poder mantinham-se nas mãos das camadas dominantes.

A saída da lógica preconceituosa, que via o negro liberto como incapaz para as novas configurações de trabalho, exigiu desse ex-escravo organizações próprias de produção, circulação e consumo. As comunidades de São Miguel e Martimianos organizaram esse modo de produção alternativo em torno a uma tafona, espécie de pequena fábrica de manufatura da mandioca. De acordo com o relato de João Izidoro, a liderança mais idosa da comunidade de Martimianos, o funcionamento da tafona ocorreu entre as décadas de 1920 e 1940. De modo geral, a plantação da mandioca era feita pela comunidade de São Miguel, que ajudava no processo de descascamento e entregava metade do produto para o manufaturamento pelos moradores de Rincão dos Martimianos.

A tração era de boi, cavalo, burro que puxava e tocava todas as engrenagens, toda feita de madeira e pedra com um diâmetro de mais ou menos dois a três metros. Tinha um eixo e ela trabalhava em cima e ali tocava as engrenagens, todas as pulias da secagem, da raspagem da mandioca. Porque a mandioca era raspada no ralo e saía o produto todo já pronto. Antes, também tinha uns coxos entrando e saindo a água, e o pessoal raspando a mandioca com faca. E largavam no coxo com água, aí faziam o processo que molhava ela... Depois botavam no ralo, onde ralavam toda ela. E ela ficava dentro do coxo de molho, desde ali começava a sair o polvilho. Aquele água da mandioca é o polvilho, ela cai numa vasilha e senta no fundo da vasilha e dentro de umas dez horas, podia retirar a água da vasilha que o polvilho já tava todo ele no fundo, e depois era só secar no sol. (Alziro Rezende de Souza, 75 anos)⁴⁵

⁴⁵ Neto de Martimiano, manteve-se sempre na localidade.



Mãe Toti, a única Mãe-de-Santo da comunidade de São Miguel e os seus filhos carnis.

Essa manufatura da mandioca implicava em um constante compromisso de solidariedade entre os diferentes grupos que aí residiam e uma forma de enfrentamento dos mecanismos de exclusão comercial.

Cada família de São Miguel trazia uma carreta de mandioca e vinha toda a família, porque tinha todo aquele processo de raspagem que demorava mais. Olha, eu acho que envolvia umas doze famílias. E quando o fim do serviço, já de noite ou às vezes nem tinham terminado, ficava alguma coisa pra fazer no outro dia e já pousavam. [...] Mas era bonito de funcionar, entrava mandioca nos coxos, limpavam bem ela, raspavam. Depois dali, elas iam pro ralo. Eu me lembro que ela saía moída, só farinha num pó úmido. Enchiam as vasilhas e iam tirando dali pra não parar o serviço e botando num outro coxo. Então tinha bastante gente, era manual, não tinha a tecnologia de hoje, não existia naquele tempo; mas era muito bonito, simples mas muito interessante. (João Rezende de Souza, 79 anos)⁴⁶

Utilizando a ferroviária como corredor de passagem para toda a região, pela comercialização de seu principal produto, a farinha, a comunidade garantia sua autonomia. “Ela ia pra toda parte de Cachoeira do Sul, Santa Maria, cidades ao redor e até Porto Alegre. Ela ia de trem. Até Restinga Seca ia só carroça, porque antes não existia caminhão.”

Essa autonomia econômica, que consolidou a emancipação em relação ao sistema escravista dominante no entorno muito após a abolição, passou a estar ameaçada com a implantação das colônias alemãs e italianas no que havia sido território de ocupação de ex-escravos. Expandiu-se pela região a política de imigração italiana e alemã do fim do século, atingindo a comunidade de São Miguel em 1917, quando o grupo familiar de Edmund Bischoff, de origem alemã, oriunda do município de Agudo, transfere residência para o município de Cachoeira, vindo a ocupar justamente um espaço de terra dentro da área da comunidade de São Miguel dos Pretos e aí “instalando uma casa comercial e trabalhando como correspondente da Caixa de Crédito Santa Cruz”.

Sob novos enfrentamentos, a comunidade precisou elaborar outras estratégias para garantir a emancipação social, nomeadamente apostando no domínio “das normas do discurso alienígena”. Como para o Terenas, estudado por Cardoso de Oliveira, impôs-se em São Miguel a percepção de que era “indispensável para assegurar uma comunicação competente no interior desse discurso” hegemônico, o domínio da linguagem

⁴⁶ Neto mais velho de Martimiano e que resistiu às invasões dos grupos brancos.

e, portanto, a incorporação do sistema oficial de educação. As palavras do presidente da Associação de Moradores de São Miguel traduzem essa vontade de penetração no discurso hegemônico como imperativo de uma interação cultural e condição de aprimoramento do diálogo interétnico:

Aquele pai que não tem um colégio, não estudou, não tem um terceiro ano, coisa parecida, então ele tem que roçar essa idéia exatamente com o filho dele, até onde o filho dele pode ir dando os livros, de conhecimento... O livro de qual-quer... Ele deve saber da nossa raiz, eu quero saber de uma lei, diz ele, então esse filho vai buscar, vai se informar pra ele, para que aí ele vai tentar o contexto... de hoje em dia dos seus próprios direitos. (Roberto Potássio Rosa)

Na década de cinqüenta, toda uma série de fatores somados a essa vontade de se tornar um interlocutor competente na defesa dos “direitos” do grupo torna premente a estratégia da busca do acesso à educação formal. A presença do imigrante europeu e a conseqüente desvalorização da mão negra, em uma conjuntura de reprodução negativa (pouca terra para um constante crescimento da população de São Miguel), somada a uma industrialização incipiente, que torna severamente seletivo o ingresso no mercado de trabalho urbano, são circunstâncias que pressionam as lideranças do lugar a buscar “instrução” para os filhos de São Miguel. Nesta perspectiva, a fala de Idelmiro Carvalho vem recuperar as imensas dificuldades que os negros passavam para poder estudar, devido à localização de escolas em regiões onde havia predomínio de população originária da Europa:

Aqui existiu esta parte, os alemães tinham escola pra lá, o preto não ia, só ele. O italiano tinha lá em São Miguel (Novo), lá o branco ia com nós. Outro aspecto relevante é a luta política travada por Panda para efetivar um projeto de escola que contemplasse toda a comunidade, visto que era muito difícil o acesso à educação para os moradores de São Miguel. Saía a pé de madrugada, de casa batendo tamanquinho. Chegava duas, três horas em casa cansadinho. A falecida minha mãe era muito religiosa, muito bondosa, deixava a merendinha. “Oh, coitadinho deste meu filho, tem vontade de ser alguém na vida, tem força pra querer aprender a ler.” Dormia um soninho, me acordava, pegava o meu livro e ia estudar. Estudei cinco anos naquele tempo. Mas graças a Deus, aprendi bem. Agora no final da vida, perdi a visão, poderia aproveitar o que aprendi e fiquei neste estado. Ao mesmo tempo me acho muito contente, tenho saúde, só eu problema é da visão, não enxergar. No mais, graças a Deus, sou são. Aí não tinha escola aqui. Aí o primeiro prefeito que mandaram aqui, Cachoeira mandava aqui. Eugênio Gentil Muller, nós tocava em baile pra ele, ele gostava muito. Foi eleito prefeito. Nós tava

arrumando a estrada, já que era tudo mato. Aí ele parou e disse: “Bom dia, bom dia. Roçando um pouco? Me roça esta lenha e leva tudo pra casa. Se é tu que roça e derrubou tem a liberdade de levar pra casa”. E tem o resto de uma lenha que fica na casa de um alemão, Bischoff, que tem uma venda ali. Bueno! Seu Idelvino, então tudo o que o senhor pediu já está atendido. Mas, agora o senhor prefeito vai ter que me dar uma palavra agora. Nós aqui não temos escola, seu Muller. Eu fui estudar lá no Capão da Coxilha, seis quilômetros de distância, ia de a pé com tamanquinho no pé, com sacrifício, não tinha cavalo. E agora queremos escola, já que o senhor é prefeito. Ele falou: “Não, não, isso aí é de menos. Tu fazes o seguinte: pega um papel e sai na comunidade aí, se tu encontrar quinze crianças sem escola”. Aí fiz um rodízio, outro dia, campeei, peguei assinatura dos pais, achei quarenta e cinco crianças sem aula. E meus irmãos já passando o tempo de aula. Aí ele tava pra Cachoeira e o Geraldo Muller, irmão dele, era secretário e entregou o papel pra ele. Ele disse: “Mas barbaridade, o Pandinha achou quarenta e cinco crianças sem aula, sem escola? Mas não é possível, e os vereadores que tão aí que entraram não tomaram conhecimento disto aí”. O Eugênio Muller chegou e falou: “Vamos fazer alguma coisa”. (Idelmiro Carvalho)⁴⁷

O colégio congregou de novo o sentido de comunidade do grupo, de tal modo que na leitura retrospectiva dessa que é a liderança mais idosa, se a comunidade “está formada” é porque há o colégio que inclui o grupo como forma de manter uma dimensão formativa dessa sociedade.

Eu fiquei trinta dias em São Borja e quando cheguei, a escola estava quase pronta. E daí, foram conseguindo a escolinha. Então a gente fazia, ajudava. Fazia as festinhas, e os professores perguntavam o que custa? Eu dizia, não custa nada. Custa-nos criar essa comunidade aqui pra um dia a gente ter prazer. Eu fui sacrificado, fui lá no Capão da Coxilha pra estudar. E todos os dias a pé, fazia seis quilômetros. Aquele movimento foi tão sagrado, Deus abençoou e hoje em dia está a comunidade formada. Todo mundo vem aí, já tem filho aí, já tenho neto. (Idelmiro Carvalho)

A primeira problemática a ser enfrentada era onde fazer a escola, já que não se possuía área disponível. É Panda, a liderança dessa conjuntura das décadas de cinquenta a oitenta, que apresenta uma área de seu pai, Manoel Albino de Carvalho (1864-1950). Nessas terras, foram construídas

⁴⁷ Uma das primeiras lideranças políticas da comunidade de São Miguel.

duas escolinhas de madeira, que começaram a funcionar no início de março de 1960, quando muitas crianças estudaram da 1ª a 4ª série. Mas veja só a ironia do destino: após o projeto ser elaborado e estar funcionando com a participação da comunidade negra, a escola passa a ser reconhecida como Edmundo Bischoff. Em uma sobreposição de poder e domínio, os africanos perdiam o seu nome e passavam a ser reconhecidos de acordo com os seus donos. O sobrenome dos Carvalho é revelador deste processo de empoderamento do branco e da negação de uma identidade africana, bem como Bischoff ficou sendo para o colégio, em um primeiro momento. Já em 1975, quando a quantidade de crianças estava aumentando e não comportava em uma escola pequena, negociou-se para aumentar as dependências físicas e pedagógicas do colégio. Na ocasião, o prefeito Arlindo Assmann e o vice-prefeito Tarciso Bolzan trabalharam na construção e reforma da escola para operacionalizar o Ensino Fundamental.

A ampliação da escola se fez novamente com a participação da comunidade que ajudava na prestação de serviço. Nessa disputa para demarcar o território e recuperar um importante espaço de poder, a comunidade realizou uma assembléia geral no dia 29 de junho de 1975 para trocar o nome do colégio. Assim, o grupo se apropria da capacidade de monumentalização para manter viva a sua história e inaugura-a, como Escola Municipal Manoel Albino de Carvalho, com ensino da 1ª a 8ª série.

A capacidade de criar momentos, conforme Munanga (1986, p. 46), constitui um cimento que une os diversos elementos de um povo, através do sentimento de continuidade vivido pelo conjunto da coletividade, é a memória coletiva se materializando.

Foi nessa conjuntura de reivindicação de direitos que Idelmiro Carvalho passa a ser reconhecido pelos relevantes serviços prestados à comunidade e é convencido a disputar uma eleição municipal como candidato a vereador pela cidade de Restinga Seca, no ano de 1976, pelo antigo MDB – Movimento Democrático Brasileiro. Embora não conseguindo ser eleito, permanece na busca constante por melhorias para a comunidade. E na década de 80, em parceria com o prefeito Gaudêncio da Costa, no mandato do então governador Pedro Simon, articula com as forças políticas municipais uma reunião na comunidade de São Miguel dos Pretos com o Secretário de Minas e Energia, Alcides Saldanha, para tratar da rede de energia elétrica para os moradores da região: “A dificuldade era muito grande, a gente usava o lampião. Aí, depois com a entrada do recurso de fundo perdido, se veio colocar a luz elétrica pra nós, hoje. Embora a gente tem a luz elétrica, estamos atravessando uma dificuldade muito grande. A luz é muito carente, muito fraca, mas temos levando” (Zilá Cavalheiro).⁴⁸

⁴⁸ Liderança que luta pela comunidade e está em um processo interessante de alfabetização.

Pelos espaços de poder abertos com muita luta pelos agentes políticos da comunidade se entrecruza uma série de ações de resistência ao longo de décadas. Na década de 70, Adélio Carvalho, ao tornar-se presidente do Círculo de Pais e Mestres da Escola Municipal Manuel Albino de Carvalho, lutou até que ela sofresse sua última ampliação e passasse a funcionar com o Ensino Fundamental completo.

Outro momento importante na tentativa de garantir direitos deu-se quando os moradores de São Miguel se organizaram e começaram a reivindicar um poço artesiano, que funcionou, aproximadamente, durante seis anos. Mas como não conseguia suprir a demanda, foi desativado e formado um condomínio de água para garantir a circulação diária da mesma.

Novamente em 1996, Adélio ajuda na organização e no gerenciamento de um condomínio da água de cento e vinte famílias, em que os moradores contribuem com uma quantia pequena que ajuda na manutenção e no funcionamento.

A comunidade não tarda a perceber que, em um espaço de relações tradicionais de poder, baseadas na reciprocidade, no clientelismo e no capital étnico do grupo dominante, todas essas resistências só se consolidariam com a ocupação de um cargo na estrutura de poder local. Adélio Carvalho concorre a vereador duas vezes. A primeira em 1982, quando é lançado como candidato “laranja” para ajudar a sustentação da candidatura majoritária de Gaudêncio da Costa. A segunda vez, nas eleições municipais de 1999, ao concorrer pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista).

Foi feita uma reunião lá e o Gaudêncio era o candidato a prefeito. E aí o João Luiz Vargas perguntou pra ele se ia concorrer de novo. E aí ele disse: “Não vou concorrer”. E foi insistido novamente. E ele disse: “Vou concorrer se o PDT botar o vice”. E aí nós tínhamos três pessoas pra vice, que era o doutor Vaca, o João Luiz Vargas e outro. Feito então! Fechamos o negócio ali. E aí na hora da convenção, o Gaudêncio grudou os pés no peito e disse que pra ganhar a eleição não precisava do PDT. E o nosso partido ficou sem pai e sem mãe. E, no fim, ele começou a comprar, deu isso, aquilo e os caras se venderam. Aí nós conseguimos botar dois vereadores do PDT. E eu fiz 62 votos, mas não me elegi. Hoje o pobre até tem opinião. Mas esses caras grandes são tratados pelo dinheiro. Pro lado que cai mais. Eu não, não trabalhei por dinheiro. [...] A política, hoje, é sujeira, só vale dinheiro. (Adélio Carvalho)

Podemos perceber nesta fala uma crítica ao modo tradicional de fazer política centrada no jogo do “toma lá, dá cá”, ou no “é dando que se recebe”. A lógica desse tipo de agente é responder as expectativas da comunidade, do movimento social e não aos interesses do indivíduo ou de pequenos grupos acostumados com *lobby*.



Dia de eleições na Associação Vovó Geraldo.

Na década de 90, a comunidade passa a uma outra estratégia visando ao dispositivo 68 da Constituição. Surge a Associação Comunitária Vovô Geraldo, que possui como objetivos: a) promover os vínculos de solidariedade e cooperação entre os membros da comunidade; b) reivindicar os direitos e interesses da comunidade perante os órgãos públicos; c) efetuar convênios com órgãos públicos e privados municipais, estaduais, federais e internacionais; d) proteger o patrimônio histórico, paisagístico, cultural e artístico de todos os bens de natureza material ou imaterial, individuais ou coletivamente considerados portadores de referência à identidade, à ação, à memória do povo negro como formador da sociedade brasileira. Em uma das mais importantes reuniões da Associação Comunitária Vovô Geraldo, a reunião seguinte à eleição da primeira diretoria, a comunidade definiu como seus pleitos prioritários:

a) o reconhecimento, a demarcação e a titularização das terras de São Miguel como terras de remanescentes de quilombos, conforme prescreve o artigo 68 das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988;

b) a aplicação de um programa especial de reforma agrária na região, que confira à comunidade a possibilidade de desenvolvimento de projetos de sustentabilidade (em média de três hectares por família), e o manejo das faixas de matas que vão de São Miguel às matas anciliares ao rio Jacuí (para a extração de ervas medicinais fundamentais para o sistema de cura local);

c) a ampliação da estrutura do colégio local para o atendimento aos alunos da comunidade que já tenham concluído o primeiro grau;

d) a criação de um supletivo para adultos e cursos profissionalizantes para jovens;

e) a implementação de políticas públicas de assistência às famílias nos moldes do programa Família Cidadã, desenvolvido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

f) programas de créditos rurais especiais para manejo da terra e implementação de projetos de geração de renda e

g) a construção e manutenção de uma creche na comunidade.